

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2021

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Em 2021, mesmo com a pandemia apresentando sinais de arrefecimento, ainda foram necessárias diversas ações governamentais a fim de atenuar os efeitos sobre a economia e a segurança alimentar das famílias.

Desempenhando importante papel nesse contexto, a GoiásFomento atuou na execução de programas de transferência de renda gestado pelo Governo de Goiás, especificamente na fase de desembolsos, por meio de cartão pré-pago. Além de contribuir no fomento por meio de financiamentos produtivos às empresas, foco principal da agência, contribuiu para transferência de renda às famílias goianas, com desembolsos em todos os programas sociais operacionalizados por meio da GoiásFomento, somaram **R\$ 62.769.158,99** (sessenta e dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). Essa injeção de recursos na economia, além de recuperar parte da capacidade de consumo das famílias de baixa renda, contribuíram de certo modo para o bom funcionamento da economia, em especial, aos micro e pequenos empreendedores.

Alinhada às políticas públicas de manutenção do emprego e da renda geridas pelo Governo de Goiás, a GoiásFomento aderiu às ações de combate aos efeitos nocivos à economia, com adoção de diversas medidas, dentre elas, a concessão de financiamentos no microcrédito, a renegociação de crédito inadimplidos, contribuindo com o fluxo de caixa nas microempresas e empresas de pequeno porte.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO
O lucro líquido alcançado em 2021 foi de **R\$ 342 mil**, enquanto o obtido em 2020 foi de **R\$ 2,4 milhões**, conforme demonstrações.

Uma das principais causas de redução no lucro líquido, foram as **despesas com provisões para devedores duvidosos**, sendo **R\$ 3,5 milhões** maiores em relação ao ano anterior, em face das dificuldades econômicas provocadas pelas restrições durante a pandemia da COVID-19. No exercício, essa despesa somou **R\$ 10,5 milhões** enquanto em 2020, foi de **R\$ 7,0 milhões**, ou seja, **R\$ 3,5 milhões** maior. Na despesa com pessoal, embora maior **R\$ 2,5 milhões** em relação ao exercício anterior, apenas **0,83%** foi aumento real, visto que, da variação de **11,3%** no exercício de 2021, **10,97%** foi correção salarial da categoria dos bancários, dos quais, **10,47%** foi inflação.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 7,4** em 31/12/2020 para **R\$ 12,3 milhões** em 31/12/2021. O crescimento pouco maior, proporcional ao crescimento da carteira de crédito, ficando os índices de provisão em **5 e 7,6%**, no final dos respectivos exercícios.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS: INDICADORES

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2021 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO DE 2020 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	52.496	47.665	4.831
Resultados Prestação de Serviços	16.705	17.557	(853)
Resultados Operacionais	151	3.472	(3.321)
Lucro Líquido Antes de Tributação	248	3.962	(3.714)
PRINCIPAIS DESPESAS			
Provisão para Devedores Duvidosos	10.532	7.033	3.499
Despesas de Pessoal	24.310	21.841	2.468
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativos Totais	291.026	307.909	(16.883)
Operações de Crédito	161.944	148.066	13.878
Patrimônio Líquido	197.118	197.725	(607)
INDICADOR FINANCEIRO			
Índice de Lucratividade	0,47%	8,31%	(-7,84%)

Os ativos totais tiveram redução de **5,5%** quando comparado ao exercício anterior, saindo de **R\$ 307,9 milhões** para **R\$ 291 milhões**, ficando **R\$ 16,9 milhões** menor, principalmente, pelas amortizações das captações de recursos junto à Caixa Econômica Federal no âmbito do PNPMO e do FUNGETUR. Da mesma forma, o patrimônio líquido passou de **R\$ 197,7** para **R\$ 197,1**, com redução de **0,3%**.

Os desembolsos da GOIÁS FOMENTO somaram **R\$ 64,7 milhões** com **2.967** operações de crédito às microempresas, pequenas e médio porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos nas operações de repasses do BNDES e FINEP. Em relação ao ano anterior o volume de desembolsos foi **25%** menor, porém, em relação ao número de contratos, foi **70%** maior, em face do foco no microcrédito que possui valor médio abaixo de **R\$ 21 mil**.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES/ FUNGETUR), ao final do exercício de 2021 ficou em **R\$ 161,9 milhões**, sendo **R\$ 13,9 milhões** maior em relação a 31/12/2020 enquanto o número de contratos ativos aumentou para **6.659 contratos** contra **6.340** em 2020, com variação de **5%**.

O saldo de recursos em tesouraria passou de **R\$ 117,4 milhões** no final de 2020 para **R\$ 94,0 milhões**.

2. ATUAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA

No exercício de 2021, os agentes econômicos enfrentaram restrições por causa da pandemia ocasionada pela COVID-19. Diversas políticas públicas foram criadas com o objetivo de atenuar os impactos negativos sobre a atividade produtiva, em especial, do micro e pequeno empreendedor. No exercício, teve início o funcionamento do FUNDEQ – Fundo de Equalização para o Empreendedor, que oferece subsídios nos juros, como também, concede aval nas operações de crédito. Esse mecanismo tem sido um facilitador na tomada de crédito por micro e pequenos empreendedores que apresentam dificuldades de acessar o sistema bancário tradicional de crédito. Somente no PEAME - Programa Emergencial de Apoio ao Microempreendedor, criado pelo Governo de Goiás, operacionalizado pela GoiásFomento, foram desembolsados mais de **R\$ 29,6 milhões**, com mais de **8,9 milhões** em garantias de aval e subsídios de juros.

Convênios com prefeituras municipais estão sendo formalizados visando a captação de recursos para o FUNDEQ, com objetivo de financiamento aos empreendimentos nos municípios.

Através do FAMPE – Fundo de Aval da Micro e Pequena Empresa, fundo garantidor disponibilizado pelo SEBRAE voltado para garantir nas operações de micro e pequenas empresas, a GoiásFomento contraiu em 2021 o montante **R\$ 38,1 milhões**. Destaca-se que a agência ocupou o terceiro lugar no ranking nacional e o primeiro entre as agências de fomento como a instituição que mais contratou operações de crédito com o aval do fundo.

Atuando na operacionalização de programas de transferência de rendas na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento, somente com desembolsos por meio do cartão, emitiu **72.655** cartões com um volume financeiro de mais de **R\$ R\$ 61.771.258,99** (sessenta e um milhões, setecentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos). A GoiásFomento participou da Caravana da Retomada em diversos municípios do Estado. Na ação, disponibilizou linhas de crédito para micro e pequenos empreendedores locais e visitaram **85 municípios** com **664 atendimentos**, que tem como objetivo principal, promover a reinserção econômica de empresas que foram atingidas pela pandemia e também manter ativas as empresas que sobreviveram à crise. A GoiásFomento busca a captação de recursos por meio do Fopnlatá, instituição financeira que reúne cinco países, e tem como objetivo apoiar projetos que atendam de desenvolvimento econômico e social priorizado pelo Estado. Os esforços iniciais visam captar **US\$ 5 milhões** de dólares sem a necessidade de garantia sobre o fundo.

Na cadeia do turismo foram disponibilizadas linhas de crédito, com valores que podem chegar a **R\$ 2 milhões**, cujo objetivo é a preservação de empresas e empregos na pandemia. Os recursos para repasses são oriundos de convênio firmado com o Ministério do Turismo, e repassados através do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, que disponibilizou no total, **R\$ 84 milhões**, com a utilização prevista em tranche. As ações para o desenvolvimento do turismo, por meio do programa Rota do Turismo, ocorreram em parceria com a Goiás Turismo, e realizada em todas as dez regiões turísticas do Estado, com o objetivo de divulgar as linhas de crédito especiais destinadas aos setor. Foram visitados cinco municípios com mais de **150 atendimentos** realizados.

Para o desenvolvimento do agronegócio no Estado, foi reestruturada a Gerência do Agronegócio - GERAG, dotando-a de profissionais especializados que estão atuando na prospecção e captação de negócios. Foi firmado parceria com a EMATER e treinados 130 técnicos, para atuar na elaboração do projeto técnico e plano de negócio rural em conjunto com os produtores rurais, apresentação da documentação junto a GoiásFomento para a análise de crédito dos produtores rurais.

3. PERSPECTIVAS

A GOIÁS FOMENTO continuará atuando em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial sua jurisdição, a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços na implementação de diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

A GoiásFomento iniciará em 2022, operações com equalização do FUNDEQ na linha de crédito **Mais Crédito**, voltado para microcrédito com subsídios que podem alcançar 100% (cem por cento) dos encargos financeiros.

Ampliar o leque de serviços financeiros por meio de contratação de soluções em *whit label*, incluindo serviços de conta digital, subadiquência, emissor de cartão, associado à realização de operações de crédito para desconto de recebíveis, cujo processo de estudo está em andamento.

Formalização de parcerias com órgãos da administração estadual bem como com prefeituras locais visando a disponibilização de cartão *private label* na modalidade pré-pago, para pagamento de programas sociais e de transferência de renda.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2021, destaca a administração profissional esperada dessa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiânia (GO), 12 de abril de 2022.

NATÁLIA CALIMAN VIEIRA

Presidente do Conselho de Administração

RIVALE AGUIAR PEREIRA

Diretor-Presidente

FERNANDO FREITAS SILVA

Diretor de Operações

JOSÉ ALVES QUEIROZ

Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇETES PATRIMONIAIS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE	204.353	211.951
DISPONIBILIDADES	7	27
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	93.947	117.378
Carteira Própria (NOTA 4)	93.947	117.378
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	74.757	54.110
Empréstimos Setor Privado	41.997	18.560
Financiamentos Setor Privado	37.570	36.596
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.707	2.040
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(6.520)	(3.086)
OUTROS CRÉDITOS	28.554	32.674
Diversos (NOTA 6)	28.554	32.689
Provisão p/ Outros Créditos	-	(15)
OUTROS VALORES E BENS	7.091	7.762
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	7.469	8.248
Provisão p/ Desv. De Outros Val. e Bens	(378)	(486)
NÃO CIRCULANTE	86.673	95.958
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	82.448	91.726
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	74.879	85.419
Empréstimos Setor Privado	43.182	47.110
Financiamentos Setor Privado	35.692	39.191
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.795	3.473
Provisão p/ Operac. Créd. Liq. Duvidosa	(5.790)	(4.355)
OUTROS CRÉDITOS	7.569	6.307
Diversos (NOTA 6)	7.569	6.325
Provisão p/ Outros Créditos	-	(18)
PERMANENTE (NOTA 8)	4.225	4.232
INVESTIMENTOS	10	-
Ações	10	-
IMÓVEIS DE USO	3.465	3.539
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(824)	(750)
IMOBILIZADO DE USO	6.34	5.11
Imobilizado de Uso	1.948	1.044
Depreciações Acumuladas	(1.314)	(1.193)
IMOBILIZADO EM CURSO	34	22
Outros	34	22
INTANGÍVEL	82	160
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(312)	(234)
TOTAL DO ATIVO	291.026	307.909

PASSIVO	31/12/21	31/12/20
CIRCULANTE	59.044	70.538
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	50.685	60.251
Repasses do País - BNDES	1.394	2.245
Repasses do País - FCO	4.623	6.366
Repasses do País - FINEP	291	292
CEF - PNPMO	6.155	6.154
Repasses do País - FUNGETUR	38.222	45.194
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	8.359	10.287
Fiscais Estatutárias	60	300
Sociais e Previdenciárias	1.647	1.744
Diversas	6.652	8.243
NÃO CIRCULANTE	231.982	237.371
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	34.864	39.646
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 9)	34.864	39.646
Repasses do País - BNDES	709	1.487
Repasses do País - FCO	11.387	15.543
Repasses do País - FINEP	167	447
CEF - PNPMO	7.525	12.991
Repasses do País - FUNGETUR	15.076	9.178
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.118	197.725
Capital Social (NOTA 11)	186.069	179.777
Aumento de Capital	-	5.699
Reserva de Lucros	11.049	12.249
TOTAL DO PASSIVO	291.026	307.909

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	EXERCÍCIOS		
		2º Semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.265	20.110	12.095
Operações de Crédito	Nota 5 e)	6.560	14.349	8.997
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4 b)	3.705	5.761	3.098
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.167)	(10.650)	(7.135)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(6.105)	(10.532)	(7.033)
Provisão p/ Desvalorização	Nota 12	(62)	(118)	(102)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.098	9.460	4.960
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(3.674)	(9.309)	(1.488)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	8.380	16.705	17.557
Despesas de Pessoal	Nota 13	(13.052)	(24.310)	(21.841)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(5.299)	(9.839)	(8.154)
Despesas Tributárias	Nota 13	(54)	(155)	(135)
Outras Receitas Operacionais	Nota 14	10.255	15.682	18.014
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(3.904)	(7.392)	(6.929)
RESULTADO OPERACIONAL		424	151	3.472
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		152	97	490
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		576	248	3.962
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(334)	94	(1.577)
Imposto de Renda	Nota 15.1 a)	(843)	(843)	(1.752)
Contribuição Social	Nota 15.1 a)	(847)	(847)	(1.421)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	699	605	601
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	699	1.240	995
Participação dos Empregados	(42)	(61)	-	-
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO		242	342	2.385
LUCRO POR AÇÃO - R\$ 1,00		0,0013	0,0018	0,0133

DRA - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	342	2.385
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIOS	342	2.385

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R\$ mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPA-SÃO	INCENTIVOS FISCAIS		
SALDO EM 30/06/2021	179.777	5.999	4.127	4.647	3.575	-	198.125
Capital à Realizar	-	4.000	-	-	-	-	4.000
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	242	242
Reserva Legal	-	-	12	-	-	(12)	-
Reserva para Expansão	6.292	(6.292)	-	230	-	(230)	-
Pagamento ao acionista	-	(3.707)	-	(1.542)	-	-	(5.249)
SALDO EM 31/12/2021	186.069	-	4.139	3.335	3.575	-	197.118
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6.292	(5.999)	12	(1.312)	-	-	(1.007)
SALDO EM 31/12/2019	173.150	1.820	4.003	7.393	3.575	-	189.941
Aumento de Capital	-	(1.820)	-	-	-	-	(1.820)
Transferência p/ Aum. de Especializ	6.627	5.699	-	(7.443)	-	-	4.883
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.385	2.385
Reserva Legal	-	-	119	-	-	(119)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	4.602	-	(1.966)	2.636
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(300)	(300)
SALDO EM 31/12/2020	179.777	5.999	4.122	4.552	3.575	-	197.725
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	6.627	3.879	119	(2.841)	-	-	7.784
SALDO EM 31/12/2020	179.777	5.999	4.122	4.552	3.575	-	197.725
Capital à Realizar							

b) Concentração de crédito e risco de crédito

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Principal devedor	1.761	2.265
% sobre o total da carteira op. crédito	1,09%	1,53%
Vinte maiores devedores	16.087	22.271
Percentual do total	9,93%	15,05%

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

Níveis de risco	(%) de provisão R. 2682	Operações de crédito: 31/12/2021	Provisão 31/12/2021	Operações de crédito: 31/12/2020	Provisão 31/12/2020
A	0,5	6.114	31	8.649	43
B	1	131.125	1.311	125.690	1.257
*C	3	6.926	208	3.243	97
D	10	3.914	391	1.543	154
E	30	3.069	921	2.677	803
F	50	1.153	576	2.189	1.095
G	70	2.568	1.798	169	118
H	100	7.074	7.074	3.907	3.907
Totais	-	161.943	12.310	148.067	7.474

*Em 2020, estão classificados no nível de risco "C" além, das operações de crédito o valor de leilão dos bens não de uso próprio.

d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Descrições	Exercício
Saldo em 31/12/2020	7.474
Constituição no primeiro semestre/2021	4.923
Baixas no primeiro semestre/2021	(2.249)
Saldo em 30/06/2021	10.148
Constituição no segundo semestre/2021	7.710
Baixas no segundo semestre/2021	(5.548)
Saldo em 31/12/2021	12.310

e) Receitas com a carteira de operações de crédito. Conforme Artigo 9º da Resolução 2682/99, do CMN.

Descrições	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	6.560	14.349	8.997

Nota 6 – Outros ativos

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber	19.280	23.085
Adiantamentos concedidos	207	134
Créditos tributários (L. Prazo Nota 15.2)	7.569	5.724
Devedores por outros valores e bens - Leilão	-	1.097
Impostos e contribuições a serem restituídos	1.174	1.750
Devedores por depósitos em garantia (*)	968	894
Pagamentos a Ressorcir	6.342	5.795
Outros	583	502
Totais	36.123	38.981
Curto Prazo	28.554	32.674
Longo Prazo	7.569	6.307

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto cíveis.

Nota – Outros valores e bens**a) Resumo das contas**

Descrições	30/12/2021	31/12/2020
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	7.082	7.031
Provisão para desvalorização (b)	(378)	(486)
Despesas antecipadas	387	1.217
Total	7.091	7.762

b) Ativos não financeiros mantidos para venda

A partir de 01/01/2021, os Bens não de uso próprio foram reclassificados para ativos não financeiros mantidos para venda, conforme Resolução do CMN nº 4.747/2019.

Referidos bens são levados à liquidação pública e, conforme normas, por venda direta.

Nota 8 – Permanente

Descrições	Taxa anual	Custo	Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos	10	-	-	10	-
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34	22
Imóveis de uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de uso – Edificações	4%	1.867	(824)	1.043	1.117
Imobilizado de uso	10%	1.948	(1.314)	634	511
Intangível	20%	394	(312)	82	1.160
Totais	6.675	(2.450)	4.225	4.232	4.232

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores ativados.

Nota 9 – Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Caixa Econômica Federal – CEF e Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
BNDES	4,07 a.a.	2 anos	31/12/21 31/12/20
Obrigações			2.103 3.732
Curto Prazo			1.394 2.245
Longo Prazo			709 1.487

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FINPE	6,08% a.a.	1 anos/4 meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			458 739
Curto Prazo			291 292
Longo Prazo			167 447

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
FCO	7,12% (pré a.a) TFC (pós a.a)	2 ano/11 meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			16.010 21.909
Curto Prazo			4.623 6.366
Longo Prazo			11.387 15.543

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
CEF	4,28% a.a	2anos/5meses	31/12/21 31/12/20
Obrigações			13.680 19.145
Curto Prazo			6.155 6.154
Longo Prazo			7.525 12.991

Descrições	31/12/21	30/12/20
FUNGETUR	53.298	54.372
Obrigações		
Selic a.a. Prazo médio 1 ano	38.222	45.194
INPC a.a. de janeiro a setembro/21 e de outubro a dezembro passou para SELIC a.a. sendo a média 2,745 a.m. Prazo médio 3 anos/5 meses	15.076	9.178
Totais	85.549	99.897

Nota 10 – Outras obrigações

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos e bonificações a pagar	-	300
Subtotal	-	300
Fiscais e previdenciárias	165	533
Impostos e contribuições	1.482	1.210
Subtotal	1.647	1.744
Credores diversos	2.369	2.181
Provisão de férias e 13 salários	1.746	1.535
Contingências	968	2.268
Obrigações por aquisição de bens/direitos	822	1.271
Outras	1.007	988
Subtotal	6.712	8.243
Totais	8.359	10.287

Nota 11 – Capital social

O Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 186.069.209,48 (cento e oitenta e seis milhões, sessenta e nove mil, duzentos e nove reais e quarenta e oito centavos), representado por 186.069.209 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício foi procedido aumento de Capital Social no valor de R\$6.292.252,14 (seis milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos). Sendo, o valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em espécie, e R\$ 2.292.252,14 (dois milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), pelo Acionista Majoritário – Governo do Estado de Goiás.

Nota 12 – Despesas da Intermediação financeira

Descrições	2º Sem/2021	31/12/2021	31/12/2020
Provisão p/devedores duvidosos*	6.105	10.532	7.033
Provisão p/desvalorização de títulos	62	118	102
Totais	6.167	10.650	7.135

*A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

Nota 13 – Despesas de pessoal, administrativas e tributárias

Descrições	2º Semestre/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de pessoal (*)	13.052	24.310	21.841
Subtotal	13.052	24.310	21.841
Água, energia, gás, aluguéis	197	362	352
Comunicação	103	173	149
Honorários (NOTA 19)	1.013	1.894	1.759
Manutenção/conservação	112	188	211
Serviços de terceiros	307	547	607
Informações cadastrais	308	485	300
Correspondente de crédito	152	328	229
Propaganda/pub. publicação	41	100	63
Técnicos especializados	1.172	2.259	1.898
Vigilância e segurança	264	539	381
Transportes	138	218	172
Emolumento jud/cartório	424	714	430
Tarifas bancárias	163	304	259
Outros	905	1.728	1.344
Subtotal	5.299	9.839	8.154
Tributárias	54	155	135
Subtotal	54	155	135
Totais	18.405	34.304	30.130

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. Em 2021 o valor referente participação dos empregados no resultado, foi classificado na rubrica aplicação de recursos participação dos empregados, porém, até 2020, referidos valores, eram classificados na rubrica despesas de pessoal dissídio coletivo.

Nota 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	2º semestre/2021	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas			
Prestação de serviço (*)	8.380	16.705	17.557
Recuperação de créditos(**)	4.114	6.275	6.268
Recuperação enc. despesas	368	902	1.156
Repasse interfinanceiro(***)	309	740	828
Reversão/iv. operacionais	1.236	3.052	1.470
Equalizações de taxas CPR	2.608	2.849	8.149
Outras	1.620	1.984	143
Total de outras receitas	18.635	32.387	35.571
Outras despesas			
COFINS	856	1.568	1.672
PASEP	139	255	272
ISSQN	421	835	882
Amortização do intangível	39	79	79
Depreciação	104	199	178
Repasses interfinanceiros	2.343	4.158	2.165
Provisão para contingência	2	302	1.681
Totais de outras despesas	3.904	7.392	6.929

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relacionados ao crédito.

(**) Referem-se a recuperação de operações de crédito que havia sido compensadas em prejuízo.

(***) Referente as receitas com repasses interfinanceiros, não constam nessa Nota, os valores referente as correções dos valores disponíveis da FUNGETUR a serem repassados aos possíveis mutuários da GoiásFomento, esses valores estão aplicados no mercado financeiro, classificados em títulos e valores mobiliários conforme Nota 4 (b) e as receitas com correção da operações de crédito referente aos repasses, estão classificadas na rubrica rendas de operações de crédito, constantes da Nota 5 (e).

Nota 15 – Impostos, contribuições e ativo fiscal diferido**15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social****a) Base de tributação**

Descrições	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
Resultado do período	248	248
Adições		
Provisão para devedores duvidosos/2021	12.311	12.311
Operações de crédito compensadas em prejuízo	3.193	3.193
Despesas não dedutíveis	1.406	1.406
Totais das adições	16.910	16.910
(-) Exclusões		
Provisão para devedores duvidosos/2020	(7.223)	(7.223)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(2.392)	(2.392)
Outras exclusões	(4.187)	(4.187)
Totais das exclusões	(13.802)	(13.802)
= Lucro Real	3.356	3.356

Imposto de renda e contribuição social	(843)	(847)
Realização líquida de créditos tributários	605	1.240

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro. Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.843/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/2021, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
Saldo em 31/12/2020	3.180	2.544	5.724
Constituição no exercício	923	1.241	2.165
Realização no exercício	(319)	-	(320)
Saldo31/12/2021 – Nota 6	3.784	3.785	7.569
Totais a Curto Prazo	-	-	-
Totais a Longo Prazo	3.784	3.785	7.569

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2022		2023	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Imposto de Renda	946	946	946	946
Contribuição Social	946	946	946	947
Totais	1.892	1.892	1.892	1.893

c) Natureza dos créditos

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa, operações de crédito com saldo até R\$15 mil classificados no nível de risco "H", créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até outubro/2021, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no valor de: R\$3.785 de imposto de renda e R\$3.785 de CSLL, totalizando em R\$7.570. Em dezembro/21, não foram constituídos novos créditos em virtude de que em janeiro de 2022 a alíquota da CSLL, volta de 25% para 20%, época em que, provavelmente haverá realização de parte dos referidos créditos.

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

e) Valor presente dos créditos ativados

O valor presente dos créditos ativados, considerando a taxa Selic para fins de cálculo, é de R\$ 6.982 mil (2020 - R\$ 5.578). Os créditos tributários são demonstrados por seu valor bruto em observância às disposições contábeis no item 10 do CPC 12.

Nota 16 – Destinação do resultado

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do Exercício	342	2.385

Nota 17 – Partes relacionadas

...continuação
b. Demonstrativos
 O resultado contábil em 2021 foi de R\$342 mil, o resultado recorrente foi de R\$(381) e o resultado não recorrente foi de R\$2.568 mil líquidos de impostos, que não se espera que ocorra nos próximos exercícios.

Descrições	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	342	2.385
(-) Eventos não recorrentes	2.568	(461)
1 Reversão de provisão operacional	3.052	1.470
2 Resultado não operacional	97	490
3 Contingências	(302)	(1.642)
4 Crédito tributário	1.845	(636)
5 Provisão excedente	(700)	(143)
6 Importo de renda e contribuição social	(1.424)	-
Resultado líquido do exercício recorrente	(381)	2.846

Sendo:
 1 – Decorre de reversão de provisões para devedores duvidosos, no valor de R\$1.729 em conformidade com a Resolução 4.803 do CMN e reversão de provisão de passivos contingentes no valor de R\$1.323;
 2 – Decorre de ganho na alienação de ativos não financeiros;
 3 – Decorre de provisões de processos, referente a ações trabalhista e cíveis, movidas por ex-servidores e por clientes desta Agência em demandas, visando a reparação de supostos danos morais e ou materiais e
 4 – Decorre de diferenças na base de cálculo do referido crédito, por mudança de alíquota da Contribuição Social – CSLL de 20 para 25%, de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

Goânia, 04 de fevereiro de 2022

DIRETORIA EXECUTIVA

RIVAEI AGUIAR PEREIRA
Diretor-Presidente

FERNANDO FREITAS SILVA
Diretor de Operações

JOSÉ ALVES QUEIROZ
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Natália Caliman Vieira Presidente	Rivael Aguiar Pereira Vice-Presidente
Vânia Aparecida da Silveira Membro	Adonildo Neto Vieira Júnior Membro
	Victor Luiz Fonseca Dias Membro

CONTADORA

MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA
CRC/GO 08.031/O-0

CONSELHO FISCAL

Gisele Barreto Lourenço Conselheira	Donalvam Moreira da Costa Maia Conselheiro	Ronaldo Dutra Baía Conselheiro
--	---	-----------------------------------

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 03.918.382/0001-25
 Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010
 Goânia – GO

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva
 Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“GoiasFomento”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
 Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** (“GoiasFomento”) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à GoiásFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Principais Assuntos de Auditoria
 Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD
 Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 12.310 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiásFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?
 Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de A até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiásFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários
 Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 7.569 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiásFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?
 Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiásFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
 Os responsáveis pela governança da GoiásFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
 Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ✓ Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

6) Outros Assuntos

6.1) Relatório da Administração
 A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
 As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

Goânia/GO, 30 de março de 2022



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" GO
Sócio Sênior – CNAI 1552

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" GO
CNAI 4850

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" GO
CNAI 4747

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Estudo do Crédito Tributário referentes ao exercício findo em 31/12/2021, considerando os termos do Relatório da empresa AUDIMEC Auditores Independentes S/S, **sem ressalva**, opinam que as referidas peças estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, somos por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração.
 Importante salientar que conforme demonstrações financeiras o **lucro líquido alcançado em 2021 foi de R\$ 342 mil**, enquanto o obtido em 2020 foi de **R\$ 2,4 milhões**.
 De acordo com os demonstrativos e relatórios apresentados, tal redução do resultado líquido da empresa se deu principalmente pelo **aumento das despesas com provisões** para devedores duvidosos sendo **R\$ 3,5 milhões** maiores em relação ao ano anterior. O aumento dessa despesa é decorrente do aumento de inadimplência devido as dificuldades econômicas provocadas pelas restrições durante a pandemia da COVID-19.
 Também houve um aumento na **despesa com pessoal** de **R\$ 2,5 milhões** (11,30%) em relação ao exercício anterior.

Goânia, 13 de abril de 2022

Gisele Barreto Lourenço CONSELHEIRA	Donalvam Moreira da Costa Maia CONSELHEIRO	Ronaldo Dutra Baía CONSELHEIRO
---	--	--